

Particulares decidem parar dia 15

Rede privada de SP não seguirá orientação de entidade que espera forçar reajuste com locaute

A Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenem) recomendou às escolas particulares de todo o País que paralisem suas atividades por tempo indeterminado a partir do dia 15. Basile Demetre Anastassakis, superintendente da confenem, acredita que 90% das escolas deverão parar. "Queremos a liberação total dos preços das mensalidades a partir de 1991", explicou. Em São Paulo, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, defendeu novamente a livre negociação — pela qual todo reajuste tem de ser produto de acordo entre pais e donos de escola — e preferiu ignorar a ameaça de paralisação. "Isso é somente uma manifestação de cúpula que não terá nenhum êxito", afirmou.

A alternativa da livre negociação foi rejeitada pelas entidades que se reuniram ontem, em Brasília. "É uma piada", classificou Anastassakis. Além da liberação total dos preços em 1991, a Confenem espera uma solução para o impasse dos reajustes nas mensalidades no segundo semestre. Os preços estão oficialmente congelados desde março. A entidade quer repassar integralmente para as



Ari Vicentini/AE

Chiarelli: "Só colocarei a capa quando a chuva cair"

mensalidades as reposições salariais dos professores. "Precisamos do aumento, caso contrário, teremos de fechar", disse Anastassakis.

Chiarelli acha que sua proposta tem o apoio da maior parte das escolas — entre elas as representadas pela Associação das Mantenedoras do Ensino Superior do Brasil (ABM) e algumas faculdades do Sul do País. "O ministro não tem representatividade

nenhuma e quer cindir nosso movimento", rebateu Paulo Cardim, presidente do Semesp, associação que reúne as faculdades particulares de São Paulo. Chiarelli não disse o que o MEC fará se as escolas pararem no dia 15. "Só colocarei a capa quando a chuva cair, mas não acredito que chova", afirmou.

SÃO PAULO

Cerca de 400 representan-

tes de escolas da pré-escola, primeiro e segundo graus filiadas ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) se reuniram ontem no Colégio São Bento e decidiram não paralisar as atividades no dia 15 e não reajustar novamente os preços das mensalidades em agosto. No mês passado, segundo orientação do sindicato, as escolas reajustaram seus preços em 63,17%, alegando ter sua atitude amparada em contratos com os pais, que garantiam o reajuste em BTN. A validade do contrato foi derrubada por uma sentença judicial, no mês passado.

De acordo com José Aurélio de Camargo, presidente do Sieeesp, as escolas continuaram cobrando pelo contrato. O sindicato vai apelar da decisão da Justiça. Segundo alguns diretores do Sieeesp, essa é uma decisão "política", para evitar mais confrontos com os pais. Numa assembleia tensa, alguns donos de escola disseram temer as punições que a Sunab vem aplicando há um mês. Para Camargo, não há do que ter medo. "O Sieesp já defendeu 316 multas de escolas e ganhou todas", afirmou. Assim como as escolas de São Paulo, os estabelecimentos do Rio de Janeiro e alguns colégios do Paraná e de Santa Catarina não vão participar da paralisação. Todos eles já reajustaram seus preços nos últimos meses.